

Organizador é indiciado em nove crimes

O relatório da CPI é demolidor com relação ao principal acusado no escândalo da manipulação das verbas do Orçamento, o deputado João Alves (sem partido-BA), acusado de ser o responsável pela organização do esquema de corrupção. Segundo comprovou a comissão, ele, auxiliado pelo então assessor José Carlos Alves dos Santos, atuava em todos os níveis: controlava, no Congresso, a elaboração e a apresentação das emendas — suas e de outros deputados — de interesse das empreiteiras e as subvenções sociais; intermediava, no Executivo, a liberação das verbas e centralizava a distribuição das propinas entre os integrantes do esquema. A Alves são imputados nove crimes, pelos quais é pedido o seu enquadramento na Lei 8.248: cassação do mandato, suspensão dos direitos políticos, devolução do dinheiro desviado dos cofres públicos, multa e proibição de realizar negócios ou receber benefícios do poder público por dez anos.

Os integrantes da CPI chegaram a essas conclusões depois de analisar a evolução patrimonial do deputado, rastrear suas contas bancá-

rias e confrontar os documentos que evidenciam a manipulação das emendas, a influência de Alves no Executivo e o seu relacionamento com as empreiteiras.

Entre 1988 e 1993 a movimentação bancária de Alves ultrapassou US\$ 50 milhões numa média mensal de US\$ 865,026 mil, cerca de 300 vezes o seu salário como deputado. Para legitimar esses ingressos, o principal recurso utilizado foram as apostas em casas lotéricas.

Alves tentou, ainda, encobrir sua variação patrimonial. Ele deixou de declarar a compra de diversos imóveis e a propriedade de um avião Lear Jet 55 e de uma rádio em Vitória da Conquista (BA), registrados em nome de seus filhos.

Na análise dos documentos apreendidos na construtora Servaz, o nome do deputado apareceu vinculado a cinco obras junto com uma relação de pagamentos efetuados a ele de US\$ 1,291 milhão, entre 90 e 92. Nos documentos apreendidos na casa de José Carlos Alves dos Santos, o nome do deputado aparece ligado a 26 obras relacionadas à construtora OAS e a

outras de interesse da Odebrecht que também estavam na documentação encontrada na casa de Ailton Reis, diretor da construtora em Brasília, ao lado de percentuais de possíveis comissões pagas a Alves.

Na liberação de recursos para a Prefeitura de Itarantim (BA), de US\$ 2,675 milhões, em julho de 91, a CPI rastreou a aplicação das verbas e descobriu que um cheque de US\$ 538,6 mil foi depositado na conta que Maria Vidal Silva tinha na agência do Bamerindus em Vitória da Conquista (BA). Maria Silva é empregada doméstica de Alves. Ele usou ainda o nome de outras empregadas e de um fantasma.

O rastreamento das contas bancárias revelou, ainda, o estreito relacionamento do deputado com José Carlos, o que João Alves negou no depoimento à CPI. Dois cheques de Alves foram depositados numa conta de José Carlos no Citibank, em Brasília, no total de US\$ 49,503 mil. Foram encontrados também depósitos para jornalistas e para o deputado Paulo Otávio (PRN-DF).